

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA



LISIANA LAWSON TERRA DA SILVA

SUBALTERNIDADE, VULNERABILIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO
SOBRE MULHERES NO MOVIMENTO COLMEIA – RIO GRANDE – RS

Rio Grande

2019

Lisiana Lawson Terra Da Silva

SUBALTERNIDADE, VULNERABILIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO
SOBRE MULHERES NO MOVIMENTO COLMEIA – RIO GRANDE – RS

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande -
FURG, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Sociologia.

Orientador: Professor Me. Cristiano Ruiz Engelke

Rio Grande

2019

SUBALTERNIDADE, VULNERABILIDADE E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE MULHERES DO MOVIMENTO SOLIDÁRIO COLMEIA – RIO GRANDE – RS

Resumo:

Este trabalho visa analisar o empoderamento de mulheres pobres em relação à dupla opressão que sofrem a partir das categorias gênero e classe. Procuramos perceber em que medida as relações de gênero interferem na questão da classe social produzindo e reforçando a subalternização feminina. Somado a isso buscamos na noção de interseccionalidade uma chave interpretativa mais ampla que dê conta de outras variáveis, não menos importantes, como a raça, que aprofundam a subalternidade e a vulnerabilidade social feminina. Para isso analisaremos a fala de mulheres, através de entrevistas, para perceber de que maneira e até que ponto uma associação de educação não formal como o Movimento Solidário Colmeia, da cidade de Rio Grande – RS proporciona ferramentas intelectuais para a luta contra as opressões e contribui para o empoderamento feminino.

Palavras-Chave: Mulher; Pobreza; Subalternidade; Vulnerabilidade; Empoderamento.

Abstract:

This work aims to analyze the empowerment of poor women in relation to the double oppression they suffer from the categories of gender and class. We try to understand to what extent gender relations interfere in the question of social class, producing and reinforcing female subordination. In addition to this, we seek in the notion of intersectionality a broader interpretative key that takes into account other variables, no less important, such as race, which deepen the subordination and feminine social vulnerability. For this, we will analyze the speech of women, through interviews, to understand how and to what extent an association of non-formal education such as the Colmeia Solidarity Movement, in the city of Rio Grande - RS provides intellectual tools for the fight against oppression and contributes to women's empowerment..

Keywords: Woman; Poverty; Subalternity; Vulnerability; Empowerment.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar o empoderamento de mulheres pobres em relação à dupla opressão que sofrem a partir das categorias gênero e classe. Buscamos perceber em que medida as relações de gênero interferem na questão da classe social produzindo e reforçando a subalternização feminina. Para isso analisaremos de que maneira e até que ponto uma associação de educação não formal como o Movimento Solidário Colmeia contribui para o empoderamento de mulheres pobres e proporciona ferramentas intelectuais para a luta contra essas opressões.

Embora nosso trabalho privilegie duas categorias analíticas, gênero e classe, não desconsidera uma terceira, a raça, compreendendo, a partir da noção de interseccionalidade,

que uma análise conjunta dessas três variáveis, mesmo que alternando o peso relativo de cada uma, permite compreender que os processos de dominação e de produção das desigualdades sociais são compostos por variáveis múltiplas e complexas que se somam e interconectam na construção das opressões.

Dentro dessa perspectiva a pesquisa pretendeu analisar a fala de mulheres que integram o Movimento a partir de entrevistas que foram guiadas por uma série de perguntas pré-estabelecidas. Buscamos perceber, através do discurso e de práticas cotidianas, elementos que demonstrem empoderamento feminino e o quanto isso está ligado à participação contínua no Colmeia.

O Movimento Colmeia, fundado em dezembro de 2002, é uma associação civil de direito privado, de caráter social sem fins lucrativos com sede na cidade de Rio Grande – RS. Está localizado onde, atualmente, é uma das zonas do município mais impactadas social e economicamente pelas mudanças ocorridas na cidade nos últimos anos¹, os Bairros Castelo Branco I e II e arredores. A população desses bairros é originária de deslocamentos compulsórios de zonas centrais da cidade de Rio Grande-RS e realocados nesse novo espaço de convivência, marcado, até alguns anos atrás, pela presença do lixão da cidade². O Movimento atende³ em torno de trinta famílias em situação de vulnerabilidade social. Essas famílias são compostas por seus responsáveis, mães, pais, madrastas, padrastos e por seus dependentes, filhas, filhos e enteados, onde um desses responsáveis é o representante da família dentro do Movimento.

O Colmeia é uma entidade de educação e trabalha em quatro núcleos de ação: *Educação de crianças e jovens*, *Educação de adultos*, *Geração de renda* e *Cultura e lazer*, para que seus integrantes possam atuar com responsabilidade, como cidadãos dentro da comunidade à qual pertencem. Para isso desenvolve oficinas semanais coordenadas por voluntários. No ano de 2018 foram oferecidas um total de vinte e cinco oficinas a maioria

¹ Crescimento econômico e populacional da cidade, como a construção do polo naval e seu consecutivo abandono, onde as populações vulneráveis são empurradas para as zonas periféricas do município.

² Hoje o aterro sanitário do município de Rio Grande está localizado no distrito da Vila da Quinta, mas no mesmo local existe hoje uma recicladora de lixo que ainda é fonte de recursos para muitas famílias da área, ou seja, as pessoas continuam vivendo do lixo.

³ A palavra “atender” precisa ser explicada dentro da filosofia de trabalho do Movimento Colmeia, segunda sua fundadora Prof. Olga Miranda, atender tem o significado de cuidado, de atenção às necessidades mais urgentes. Dentro disso, o Colmeia procura complementar a falta de alimento, agasalho, saúde e educação, sendo essa última a base do Movimento, que visa fugir às propostas puramente assistencialistas, uma vez que estas negam a autonomia dos sujeitos e seu protagonismo.

semanal, de segunda à sábado, que contaram com vinte e dois voluntários e atenderam em média cento e vinte pessoas⁴ desde crianças até idosos.

Registra-se, mais uma vez, que o Movimento Colmeia foge de propostas puramente assistencialistas. No entanto, necessidades básicas devem ser satisfeitas para que as pessoas tenham condições mínimas de participar com proveito das atividades educacionais da entidade e as crianças de frequentar a escola. Por esta razão, doa-se mensalmente para as famílias cadastradas no Movimento uma sacola básica de alimentos. Recebe a sacola mensal o(a) participante adulto(a), responsável pela família, que frequentar duas oficinas semanais, no mínimo: uma teórica e outra prática. Como exemplo de oficinas teóricas são oferecidas as seguintes atividades: Roda de Conversa e Leitura, Alfabetização de Adultos e Filosofia e, como atividades práticas, as oficinas de Sabão, Papel Reciclado, Crochê e Costura⁵. A escolha das outras atividades fica a critério da participante. Nos encontros denominados “atividades teóricas”, as mulheres discutem problemas da comunidade, são comentadas poesias, realizadas leituras do mundo e da palavra e nas “atividades práticas” elas aprendem algo para que possam gerar renda para suas famílias.

Historicamente os representantes das famílias atendidas no Movimento Colmeia são mulheres. Este fato nos levou a perceber um padrão social: são mulheres que estão fora do mercado de trabalho⁶ ou subempregadas e são responsáveis pelo cuidado da família ou são, elas próprias, chefes de família. Essas mulheres têm baixa escolaridade e baixa capacitação profissional. Esse cenário nos mostra um problema composto por duas variáveis: de gênero, pois são as mulheres e não os homens os responsáveis pela família, e de classe, pois são mulheres que vivem e criam filhos na pobreza constituindo, com isso, um grupo subalterno e que levaria à vulnerabilidade social feminina.

Compreender em que medida o Movimento Colmeia contribui para que essas mulheres representantes das famílias se reconheçam enquanto sujeitos subalternos e, a partir disso, busquem ferramentas intelectuais para que alcancem maior autonomia, em primeiro lugar dentro do grupo familiar e, em segundo, no grupo social ao qual pertencem, assim como espaço no mercado de trabalho é o objetivo desta pesquisa.

⁴ Para o ano de 2019 o projeto é atender semanalmente nas oficinas cento e trinta pessoas.

⁵ Estas são as oficinas oferecidas para as mulheres representantes das famílias, pois para as crianças e jovens são oferecidas as de Reforço Escolar, Leitura e Interpretação, História, Matemática, Português, Inglês, Artes, Música, Futebol e Dança.

⁶ Nesse ponto se faz necessário fazer considerações acerca do que entendemos por trabalho e emprego neste estudo. Trabalho é tudo aquilo que leva à produção material da vida, estando incluído qualquer tipo de trabalho, remunerado ou não e, até mesmo, o doméstico. Já emprego, entendemos como somente o trabalho remunerado, com carteira assinada e garantias trabalhistas.

Para isso dividimos o trabalho em quatro partes. Na primeira parte *Arquitetando a pesquisa* mostramos como construímos a pesquisa através de entrevistas com mulheres do Movimento Colmeia e o método utilizado. Na segunda parte *A construção da vida: história, gênero e poder* faremos uma análise sócio histórica dos conceitos que serão trabalhados. A terceira parte intitulada *A Vida desiludida: subalternidade e vulnerabilidade* esta dividida em dois momentos, no primeiro será analisado a construção do conceito de subalternidade e no segundo como este conceito é fundamental para compreendermos a vulnerabilidade social. Esta parte também é composta pela análise das entrevistas entremeadas ao aporte teórico onde as mulheres relatam a vida cotidiana e a convivência com a pobreza. E na última e quarta parte *A vida desejada: empoderamento feminino no Movimento Colmeia* buscamos na fala das entrevistadas indícios que demonstrem empoderamento do grupo pesquisado.

Junto a isso, *pari passu* com a análise das entrevistas realiza-se o diálogo com a bibliografia selecionada a fim de que as falas de cada uma das mulheres possam ser analisadas a partir das questões levantadas por este trabalho: subalternidade, vulnerabilidade e empoderamento.

ARQUITETANDO A PESQUISA

Para atingir o objetivo deste trabalho foi realizada uma pesquisa pautada em entrevistas semiestruturadas com perguntas pensadas de antemão que pudessem estimular o diálogo entre pesquisadora e o grupo analisado. As entrevistas não foram formais e tiveram o caráter de conversas onde muitas vezes as perguntas não foram respondidas na mesma ordem em que foram feitas e onde a pesquisadora participou contribuindo com experiências pessoais incentivando o diálogo.

Se o Movimento Colmeia possui um universo de 30 mulheres, recortamos para esta pesquisa um grupo de cinco mulheres jovens⁷ que entraram para o Movimento ainda crianças ou na adolescência, permaneceram e hoje são adultas e mães, estabelecendo com isso, uma segunda geração de educandos. Pensamos, com este recorte, que poderíamos melhor perceber mudanças nos padrões de comportamento feminino a partir dos seguintes pontos: idade da primeira gravidez, número de filhos, escolaridade e colocação no mercado de trabalho.

⁷ As idades variam entre vinte e dois e trinta e quatro anos.

A realidade do Movimento e das mulheres que o compõe já é conhecida da pesquisadora, uma vez que é o seu local de trabalho. Se por um lado este dado compromete o necessário estranhamento e a imparcialidade frente ao objeto pesquisado, por outro há uma confiança estabelecida entre o grupo e a pesquisadora, o que facilita a construção do diálogo, fundamento deste trabalho. Assim, optamos por seguir os princípios da pesquisa qualitativa e da pesquisa-ação participante já que esta tem como finalidade “contribuir simultaneamente para o alívio das preocupações de ordem prática das pessoas que estão em situação problemática, e para o desenvolvimento das ciências sociais através da colaboração que as reúne de acordo com um esquema ético mutuamente aceitável” (HAGUETTE, 1987, p. 112) e propõe o envolvimento da comunidade a ser estudada no processo.

Nesse sentido a pesquisa participante sendo caracterizada como “um processo de investigação de educação e de ação, embora alguns autores enfatizem a organização como um componente fundamental” (HAGUETTE, 1987, p. 146), está de acordo com a proposta de pesquisa já que o grupo está organizado dentro de um Movimento que possui critérios claros de funcionamento, seleção de participantes⁸ e que tem como objetivo processos educativos e de ação. Este tipo de pesquisa se constrói em oposição à pesquisa tradicional uma vez que a investigação não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto. Ela não é neutra, nem a forma de produzi-la, pois há uma relação entre pesquisador e grupo pesquisado. O cientista social, neste caso, faz parte do social e, por isso, não pode ser objetivo, nem com relação à escolha de seu objeto de pesquisa, nem com relação à forma de captação das informações, ele está completamente mergulhado no universo a ser estudado.

Desta forma, a pesquisadora compreende que o grupo tem experiências sociais e conhecimentos que não devem ser desperdiçados e estabelece uma nova relação entre teoria e prática, entendida esta última como a ação para a transformação. O próprio processo de pesquisa participativa é uma experiência educativa que serve para determinar as necessidades da comunidade, nesse caso o empoderamento feminino e para aumentar a consciência. Assim, é um processo permanente de investigação e ação, isto é, práxis. Conforme Demo (1995, p.116) “A pesquisa ação, por ser uma práxis, esclarece e alimenta o processo de conhecimento”. Segundo o autor o representante desse posicionamento teórico-metodológico no Brasil é Paulo Freire e sua educação libertadora que, por sua vez, é o fundamento do

⁸ As famílias selecionadas para participar do Movimento Colmeia devem atender a três princípios básicos: morar no entorno da sede do Movimento, ter filhos em idade escolar e viver em situação de extrema pobreza.

trabalho educacional desenvolvido no Movimento Colmeia, caracterizando com isso uma interação entre método de pesquisa e processo educativo.

O desenvolvimento dos processos de empoderamento se dão na prática participativa que articula saberes populares e saberes eruditos, estes compõem o processo educativo e geram conhecimento levando à ação transformadora frente à subordinação material e cultural. Portanto, a intervenção do cientista social no grupo é condição do conhecimento. Dentro disso, ele deve se colocar a serviço da prática política na comunidade, isto na verdade requer que necessariamente este pesquisador seja militante, pois é necessário que ele se coloque no lugar do outro para melhor compreendê-lo e tendo a visão de que a ação é fundamental.

Dentro dos aspectos metodológicos da Pesquisa Participante o que chama a atenção é o envolvimento do grupo pesquisado na organização e análise de dados da pesquisa, o que difere da pesquisa tradicional. O tema e o problema de pesquisa devem ser definidos em conjunto tanto pelo grupo estudado quanto pelo pesquisador. Este por sua vez deve de antemão conhecer de perto a realidade a ser pesquisada.

Nesse sentido, sendo a pesquisadora educadora no Movimento e participar de uma roda de conversa com as mulheres, percebeu que assuntos sobre o universo feminino, como por exemplo, casamento, maternidade e mundo do trabalho eram recorrentes e de interesse das mulheres. A partir disso, as conversas passaram a girar em torno desses temas identificando as desigualdades de gênero nas tarefas domésticas, educação dos filhos e no mundo do trabalho, gerando com isso, criticidade em relação à realidade onde estavam mergulhadas. Assim, foram sendo construídas, através de uma relação dialógica, propostas de ações que priorizem as necessidades do grupo e, ao mesmo tempo, foi-se desvelando um rico e extenso material de pesquisa que este trabalho apenas introduz.

Pensamos que esta pesquisa insere-se dentro da proposta teórica de um estudo de caso, uma vez que o universo a ser pesquisado é específico e com suas peculiaridades e assim suas conclusões não devem ser generalizadas para outros grupos similares.

São trinta mulheres que compõem o Movimento Solidário Colmeia, todas em situação de vulnerabilidade social, mas o nosso recorte é este grupo de cinco mulheres jovens⁹. Como dito acima, pretendemos realizar entrevistas semiestruturadas com uma primeira pergunta orientadora e outras que poderão ou não fazer parte do estudo, dependendo do rumo das

⁹ Os nomes das cinco mulheres foram trocados por nomes de flores, assim teremos: Amarílis, Íris, Violeta, Margarida e Rosa.

respostas. A intenção é que as entrevistas sejam informais para que as mulheres se sintam a vontade para falar, pois esse é um dos objetivos, lhes dar voz e ouvir o que elas têm a dizer.

PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- Há quanto tempo você está no Movimento Colmeia?
- Você está empregada?¹⁰
- Você é casada?¹¹
- Você é chefe de família?
- Quantos filhos você tem?
- Qual a sua escolaridade?
- Com que idade ficou grávida pela primeira vez?
- De que forma você se vê dentro da sua família?¹²
- Que empregos você se acha capaz de conseguir?
- A sua vida mudou após ingressar no Movimento Colmeia?

As entrevistas foram realizadas individualmente na Casa Colmeia (sede do Movimento) ou na residência das mulheres entre os meses de setembro de 2018 e março de 2019.

Este conjunto de perguntas, como já dito acima, teve como objetivo apresentar apenas um roteiro para um diálogo que foi muito mais rico e profundo, abordando temas mais complexos e íntimos do que o questionário poderia antecipar. Assim, apareceram questões que não estavam previstas e que permitiram a introdução de outras perguntas depurando o escopo da pesquisa. Escopo este que parte das práticas sociais das mulheres, da ação, mas que tem como fundamento vasta produção teórica na área das relações de gênero e de poder.

¹⁰ Emprego neste trabalho diz respeito ao trabalho com carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos.

¹¹ Casada no sentido de ter um companheiro ou companheira e não necessariamente com registro em cartório.

¹² Esta pergunta precisou ser explicada e reelaborada, pois várias não entendiam o que eu queríamos saber. Foi a pergunta que elas mais tiveram dificuldade, a saber, perceber o seu lugar dentro da família.

A CONSTRUÇÃO DA VIDA: HISTÓRIA, GÊNERO E PODER

Perceber que vivemos em sociedades regidas por relações de gênero e que estas estão articuladas às relações de poder é um caminho traçado historicamente. Isto é, a forma como homens e mulheres se relacionam e organizam o convívio e regramento social é construído através do tempo e do espaço, pois, como coloca Berth (2018, p. 13) “o poder é uma prática social construída historicamente”. Esta percepção é fundamental para desnaturalizar papéis sociais femininos e masculinos e desvelar a desigualdade hierárquica de gênero que tem como base o poder masculino.

Poder é um conceito subjetivo, ou intuitivo, como coloca Berth (2018), para ela quando estamos analisando processos de empoderamento pensamos sobre um determinado tipo de poder, aquele que é coletivo, onde um grupo produz historicamente um pensamento que se torna hegemônico socialmente e, conseqüentemente, outros grupos minoritários¹³ passam a enfrentar sistemas de opressão e dominação. Esse enfrentamento passa por etapas de autoconhecimento como a autoafirmação, autovalorização e autorreconhecimento que caracterizam o empoderamento.

A palavra empoderamento vem do inglês empowerment e segundo Julian Rappaport (Apud BERTH, 2018, p.19-21) significa dar poder ou capacitar alguém. Para o autor seria preciso “instrumentalizar certos grupos oprimidos para que eles pudessem ter autonomia”. Por outro lado, o educador Paulo Freire não acredita ser necessário instrumentalizar grupos para que estes se empoderem, mas que os grupos subalternos devem empoderar a si próprios partindo da conscientização crítica de sua realidade e buscando ações transformadoras. Para ele então, a conscientização é coletiva. Nesse sentido, podemos pensar que “o empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de suporte e comportamento pró-ativo no âmbito das políticas e mudanças sociais” (p. 21) e que têm como objetivo romper sistemas de opressão e dominação.

Assim, empoderamento é constituído por processos que questionam as relações de poder naturalizadas na sociedade, começando por reconhecer quais são os grupos opressores e os oprimidos e como se articulam as práticas cotidianas de determinadas sociedades permeadas por essas relações, já em um segundo momento, os grupos minoritários produzem ações no sentido de mudar essas relações. Embora empoderamento seja um conceito complexo, subjetivo e, de certa maneira, distorcido pelo senso comum, possui ampla

¹³ Minoritários no sentido de não hegemônicos culturalmente.

produção científica que se desenvolveu como consequência dos movimentos sociais da segunda metade do século passado.

No tocante às desigualdades de gênero, Berth (2018, p. 17) diz que empoderamento “é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista”. A partir desse viés, de que esses processos de dominação masculina são construídos social e historicamente, há a necessidade de análise de processos históricos que produziram um determinado conhecimento sobre grupos minoritários como as mulheres, por exemplo, e que precisam ser questionados através de um novo tipo de estudo que leve em consideração outras formas de análise histórica e social.

Os estudos de gênero deslocam o olhar naturalizado e buscam, justamente, expor sujeitos antes silenciados, invisíveis. Eles são fruto do movimento feminista que, desde sempre teve como objetivo empoderar as mulheres. O desenvolvimento do movimento se dá, principalmente, a partir da segunda metade do século passado quando foca nas relações sociais entre o masculino e o feminino como forma de análise da sociedade. Segundo Pinto (2012, p. 4615-4616) o feminismo “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” e desde o século passado formatou o campo das relações de força.

Podemos fazer um pequeno recorrido histórico do movimento começando no final século XIX com as sufragetes inglesas e sua campanha por direito ao voto feminino, conseguido em 1918 e, que no Brasil através de sua líder, Bertha Lutz, só se daria em 1932. O movimento passa por um período de perda de forças de 1930 à 1960, momento das duas grandes guerras, muito embora em 1949 Simone de Beauvoir escreva *O Segundo Sexo* que dará novo viés à luta das mulheres, o viés cultural. O movimento retoma força com o movimento hippie e o lançamento da pílula anticoncepcional nos EUA e com os movimentos sociais de maio de 68 em Paris.

Enquanto o mundo ocidental convivia com mudanças pela igualdade de direitos entre mulheres e homens com várias autoras produzindo reflexões importantes como Angela Davis ou Betty Friedan nos Estados Unidos, no Brasil entrávamos em um longo período de Ditadura Militar e, a partir de 1968, forte censura nos meios literários e acadêmicos. Foi dentro deste contexto desfavorável às políticas libertárias que aconteceu na década de 1970 as primeiras manifestações feministas no país, mas somente com a redemocratização na década de 1980 o movimento toma força na luta pelos direitos das mulheres. Como nos coloca Pinto (2012):

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas também luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação além da clássica dominação de classe, a dominação do homem sobre a mulher, e que uma não pode ser representada pela outra. (p. 4659-4661)

Nesse sentido a luta feminista nos fornece uma nova chave interpretativa em relação à opressão das mulheres, a saber, a desigualdade nas relações entre os gêneros. Compreendendo os fenômenos sociais, culturais e históricos como genderizados, isto é, onde “as relações de gênero são presentes e transversais à totalidade das categorias pelas quais apreendemos e concebemos a condição do humano” (CHABAUD-RYCHTER et al, 2014, p. XIV). O objetivo é perceber como homens e mulheres se constituem enquanto sujeitos sexuais em processos nos quais os dois estão imbricados. Sendo assim, consideramos de fundamental importância esclarecer que compartilhamos a hipótese de Chabaud- Rychter et al (2014, p. XIV) quando dizem que “o saber sociológico é herdeiro direto de uma perspectiva masculina em relação ao mundo social”, isto é, vivemos em um mundo construído e regido a partir do pensamento dos homens.

As análises de gênero têm como fundamento as relações sociais entre mulheres e homens que constroem culturalmente regras de convívio em uma determinada sociedade e em um determinado período de tempo, isto é, o gênero é uma construção cultural. Joan Scott (1999) explica que a diferença sexual gera uma organização social de forma relacional, entre feminino e masculino, produzindo um saber, ou um modo de ordenar o mundo, a partir de onde as diferenças sociais se constroem através de disputas políticas, relações de poder, dominação e subordinação. Como ela enfatiza, a diferença sexual não é determinante na organização social, mas atua de forma variada e nuançada em diferentes grupos sociais e que, portanto, deve ser explicada. Apoiado nisso, são possíveis os deslocamentos ou as desnaturalizações de concepções de feminino e masculino.

Tendo em vista essa concepção de gênero como construído culturalmente e levando em consideração uma perspectiva de processo histórico onde se fundam as relações assimétricas e hierárquicas de gênero, chegamos a construção do que chamamos de

sociedades androcêntricas¹⁴. Em seu interior as mulheres estão em segundo plano, estão apartadas das decisões, do espaço público, da organização do futuro. Segundo Mouffe (2013, p. 275) ‘o domínio público da cidadania moderna foi construído de forma universalista e racionalista, que impediu o reconhecimento de divisões e antagonismos e relegou ao privado toda a particularidade e a diferença’, ou seja, com a ligação das mulheres ao doméstico, este foi um princípio da exclusão feminina. Esta desigualdade hierárquica de gênero produz várias questões sociológicas, dentre elas a pobreza feminina.

“A pobreza está se tornando um problema feminino”¹⁵. Esta afirmação de Diane Pearce (1978, p. 28) em seu artigo *The feminization of poverty* funda o conceito de Feminização da Pobreza e coloca o gênero como objeto de análise entrelaçando-o ao conceito de classe. Dentre várias questões levantadas pela autora uma delas chama atenção, ela destaca o dado estatístico de que mais de 70% das pessoas idosas pobres do mundo são mulheres. Ela ainda diz que o status econômico das mulheres caiu nos últimos anos e dá algumas razões para isso como: o aumento da longevidade, o aumento dos divórcios e o aumento de mães solteiras. Ou seja, em todas essas situações a mulher é responsável por si e por sua família, sem a figura masculina dominando o grupo familiar. Daí esse conceito estar, para Pearce, irremediavelmente vinculado à noção da mulher enquanto chefe de família.

Já no Brasil, Lavinias (1996) diz que a Feminização da Pobreza aparece hoje como um fenômeno contemporâneo. É uma nova categoria que leva em consideração duas fragilidades o sexo feminino e a pobreza, e possui características que lhe são específicas. As novas estruturas familiares com as mulheres tornando-se chefes de família e a permanência de discriminações de gênero onde as mulheres ganham salários menores e, além disso, são responsáveis pelo cuidado com a família ocasionam uma dupla jornada de trabalho, fora e dentro do ambiente da casa. Esse contexto determina a falta de autonomia feminina uma vez que lhes é negado o acesso, em primeiro lugar à educação já que a gravidez precoce retira muitas jovens da escola, e em segundo lugar ao emprego, pois com o cuidado dos filhos e a baixa escolarização os postos de trabalho ficam restritos aos empregos domésticos ou de limpeza, isto é, subalternos.

A ideia da chefia feminina da família obedece a uma lógica masculina, em nossa concepção, pois não consegue perceber essa chefia com um companheiro. Esse é um

¹⁴ Entendemos androcentrismo como uma construção sócio-mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

¹⁵ Todas as traduções deste trabalho são da autora.

pensamento tipicamente androcêntrico: uma mulher só pode ser chefe de família na ausência do homem. Embora possamos pensar que o ideal seria não haver a figura do chefe, já que esta revela a dominação de um sobre o outro, este é o princípio do sistema patriarcal no qual nossa sociedade capitalista ocidental está assentada.

A relação entre sistema capitalista e patriarcado¹⁶ naturaliza e reforça a exploração das mulheres, pois embora sejam sistemas diferentes eles são interdependentes, (BIROLI; MIGUEL, 2015). O trabalho doméstico, que tem como base a família patriarcal, é responsável pela manutenção do sistema capitalista, na medida em que mantém a desigualdade entre os gêneros necessária para que se tenha um corpo de trabalhadores sempre em prontidão e em número suficiente para que os salários sejam cada vez menores. A reprodução desse sistema é função da mulher, por um lado como a grande procriadora e cuidadora desse grupo de trabalhadores e, por outro lado, ela mesma enquanto inserida no trabalho produtivo de forma precarizada em empregos temporários, de meio turno ou desvalorizados.

Dentro da compreensão de que as relações de gênero são construídas socialmente e a partir da perspectiva de interseccionalidade, há que se levar em consideração as diferenciações estabelecidas na sociedade que Biroli e Miguel (2015) chamam de relações de privilégio, destacando que existem hierarquias não só entre homens e mulheres mas sim entre as próprias mulheres como de classe e de raça, por exemplo. Nesse sentido o feminismo negro é responsável por revelar as nuances da dominação feminina a partir do viés racial, não com a intenção de reduzir o peso da categoria gênero, mas, pelo contrário, somar forças à esta categoria adensando sua área de conhecimento.

Biroli e Miguel (2015, p. 41) nos mostram que mulheres brancas chefes de família possuem renda per capita média 90% maior que as mulheres negras chefes de família, assim como 66,8% maior que dos homens negros. Assim, “as desvantagens incidem sobre *determinadas mulheres* relativamente a *determinados homens*; gênero, raça e classe produzem conjuntamente as hierarquias que colocam *mulheres negras* em posição de maior desvantagem”¹⁷. Nota-se, portanto, que o quadro fica mais complexo quando incluímos na análise a variável raça, revelando um grupo triplamente vulnerável, as mulheres pobres e negras. Assim como também revela que certos grupos de mulheres podem estar na posição de oprimidas, enquanto outras podem ser opressoras, como no caso de patroas e empregadas domésticas, por exemplo.

¹⁶ Compreendemos patriarcado neste trabalho como um sistema (e não relações individuais) de opressão das mulheres fundamentado na dominação masculina.

¹⁷ Grifos no original.

As mulheres do Movimento Colmeia são pobres, vivem do Bolsa Família e de subempregos temporários, todas são mães e colocam a maternidade como ponto focal de suas existências. O grupo de cinco mulheres que participou da pesquisa está dividido em dois subgrupos familiares¹⁸: um de três mulheres negras e outro de duas mulheres brancas.

Amarílis é uma mulher negra, solteira, de trinta e três anos que ficou grávida pela primeira vez aos dezoito anos. É mãe de três meninos com idades de quinze, doze e onze anos de pais diferentes. Desde os dezesseis frequenta o Movimento, ou seja, está desde a fundação. Tem baixa escolaridade, parou de estudar na 4ª série, foi retirada da escola pela mãe, para cuidar dos irmãos mais novos, assim como sua irmã Rosa. Trabalha fora com faxinas esporádicas e empregos temporários. Rosa também é negra, solteira, tem trinta e dois anos e ficou grávida pela primeira vez entre dezoito e dezenove anos, é mãe de três crianças de quinze, dez e quatro anos e também está no Colmeia há dezesseis anos, parou de estudar na 6ª série e tentou voltar algumas vezes sem sucesso. Trabalha no camarão e em faxinas.

Íris¹⁹ é irmã de Amarílis e Rosa, negra, casada, tem vinte e três anos, é mãe de uma menina de um ano e frequenta o Movimento a menos tempo, cinco anos. Parou de estudar no 2º ano do Ensino Médio, sendo a mais escolarizada do grupo pesquisado e a que engravidou mais tarde. No momento não está trabalhando fora, pois o marido trabalha na reciclagem de lixo. A mãe das três irmãs e de mais quatro filhos foi indicada para o Movimento Colmeia pela escola municipal que as crianças frequentavam por ser uma das famílias mais carentes do bairro Profilurb. A mãe ficou pouco tempo, precisava trabalhar, mas os filhos ficaram.

O outro grupo que participou da pesquisa é composto por duas mulheres brancas: Margarida e Violeta, tia e sobrinha. Margarida é casada há dez anos, tem vinte e seis anos e dois filhos de dez e oito anos entrou no Colmeia com onze anos e parou de estudar na 6ª série com 15 anos, pois ficou grávida. Nunca tentou voltar a estudar e agora se acha ‘muito velha’, como ela mesma diz. É dona de casa já que o marido é pedreiro e faz bicos. Violeta tem vinte e dois anos, é casada há cinco e tem um filho de cinco, entrou para o Movimento com sete anos para a oficina de reforço escolar. Parou de estudar no 1º ano de EM quando ficou grávida com 17 anos. Também não trabalha fora.

Esse é o grupo entrevistado e que deu rosto e voz às questões discutidas neste trabalho: mulheres, pobreza, maternidade e trabalho. Questões perpassadas pelos eixos teóricos: subalternidade, vulnerabilidade e empoderamento.

¹⁸ Como dito acima, o Movimento Colmeia procura atender famílias.

¹⁹ No momento da entrevista ela estava casada, mas se separou no final de março de 2019.

A VIDA DESILUDIDA: SUBALTERNIDADE E VULNERABILIDADE

A subalternidade não é necessariamente um reflexo da ideologia de uma classe dominante, mas sim da hegemonia, isto é, ela é uma expressão sociocultural e não apenas uma expressão de classe. Nesse sentido cultura subalterna pressupõe a ideia de uma relação entre subordinação, resistência e autonomia a uma cultura hegemônica que, por sua vez, pertencente a uma visão de mundo de uma classe dominante.

Nos últimos anos vimos aparecer novas interpretações a cerca do popular na história e nos estudos culturais. Esses estudos vêm carregados de novos e velhos sentidos. Se antes o povo era visto apenas de relance ou como reprodutor de uma ordem social estabelecida por uma classe dominante, mais recentemente esta noção foi reatualizada levando em consideração produções culturais próprias das classes populares que determinam formas autônomas de organização social.

Observando os grupos familiares atendidos pelo Movimento Colmeia podemos perceber formas próprias de organização do mundo feminino que diferem das práticas da classe média, como por exemplo, a chefia feminina da família. As mulheres pobres são chefes de família mais por desamparo legal e social do que por vontade própria, mas mesmo assim isso cria uma cultura de suposta²⁰ independência em relação aos homens. Se na classe média podemos perceber casamentos mais estáveis, divórcios com guarda compartilhada de filhos, pensões alimentícias estabelecidas em juízo, nas classes populares tudo isso parece um mundo fictício. Os casamentos na verdade inexistem, assim como os divórcios, mulheres e homens simplesmente moram juntos, ou não moram mais, conforme suas vontades, pois não há um aparato legal e social que os impeça.

Por outro lado, se pensamos que estes relacionamentos são mais flexíveis, eles produzem um ônus maior para a mulher que é criar sozinha os filhos desses relacionamentos, pois estando desprotegida, as desigualdades de gênero se impõem brutalmente, uma vez que os homens saem livremente e deixam os filhos com suas mães. A fala de Rosa quando perguntei se era casada: “tenho dois braços e duas pernas para trabalhar, não preciso de homem”, demonstra uma desilusão com o gênero oposto. Assim como Amarílis que diz: “Não conto muito com ele” se referindo ao namorado que está morando com ela.

²⁰ Suposta porque na verdade ela não é real, pois essas mulheres não conseguem criar sozinhas essas famílias, elas precisam do amparo do Estado, através de políticas públicas, como o Bolsa Família, e do amparo legal que obriga os pais de seus filhos a assumir algum tipo de responsabilidade.

De acordo com Martín-Barbero (1997) devemos reavaliar a afirmação de Marx de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, pois ao que parece, esta afirmação coloca as classes dominadas como subordinadas, não produzindo ideias próprias ou resistências às ideias das classes dominantes ou ainda, não sendo capaz de produzir formas próprias de organizar a vida, isto é, ter autonomia.

O que se busca, ainda segundo Martín-Barbero é analisar a cultura popular como que feita a partir de uma dialética entre permanência e mudança, de resistência e intercâmbio cultural. O autor destaca, dentro do movimento histórico, os processos que, ora oprimem as representações culturais das classes populares, ora as liberam. Como, por exemplo, a criação dos Estados Nacionais e a necessidade de construção de uma identidade nacional, que cria um idioma único e reprime manifestações populares com o intuito de formar um poder centralizado. Ainda nesse quesito Edward Thompson quando analisa a história das classes populares na Inglaterra define classe social “como um modo de experimentar a existência social e não um recorte quase matemático em relação aos meios de produção” (Apud MARTÍN-BARBERO. 1997, p. 102), apontando que classe, tendo também uma constituição cultural é mais histórica do que econômica.

Esse novo desenho da relação entre cultura e povo e povo e classe gera um reencontro com as ideias de Gramsci.

A concepção de grupos populares de Gramsci, que em seus escritos sobre a questão camponesa e operária italiana cunha o termo “classes ou grupos subalternos”, tem o intuito de ampliar o campo analítico e de formar um movimento revolucionário totalizante. Como coloca Del Roio (2007), o cárcere deu a Gramsci a consciência da desagregação social italiana e a compreensão de “que as classes subalternas eram um universo muito amplo e complexo” (p. 67), com isso ele percebeu que camponeses e operários enquanto seres subordinados à dominação burguesa, embora tivessem pouco em comum em relação às práticas culturais, compartilhavam a situação subalterna. “Dar-se conta dessa realidade era imprescindível a fim de se realizar uma política revolucionária capaz de unificar esses grupos e elevá-los culturalmente a um nível superior de consciência crítica” (p. 67), consciência justamente de sua subalternidade. A ideia tinha como objetivo a unificação dessas classes subalternas na Itália e no mundo, uma unificação do gênero humano, para isso ele ressalta a generalidade do termo “classes ou grupos subalternos” o que possibilita a análise de particularidades as mais diversas, mas nunca perdendo de vista a noção de unificação desses grupos.

Ao mesmo tempo Gramsci se pergunta como fazer isto, como fazer com que grupos que compartilham apenas a cultura da subalternidade rompam e transformem em vontade coletiva o enfrentamento à dominação das classes superiores. Percebe-se que Gramsci, embora parta da diferença cultural e de identidades, tem como objetivo a totalidade, a unificação com vistas à revolução mundial.

Importante ressaltar a definição de hegemonia de Gramsci não mais como algo que domina do exterior e sem a participação dos sujeitos, mas sim como ações de classes que hegemonizam modos de vida em que as classes subalternas também se reconhecem. A cultura popular ou subalterna é assim, influenciada por uma cultura hegemônica que através de processos históricos e socioculturais a filtra, transforma, de acordo com seu modo de vida. Não temos, portanto, uma contraposição entre cultura hegemônica e subalterna não há uma certeza de que enquanto a primeira deve dominar, a segunda deve resistir. Martín-Barbero (1997) afirma que:

[...] nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem "de cima" são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação (p. 107)

Uma das discussões é o que entendemos como resistência das classes subalternas, se certas atitudes são efetivamente resistência ou se são apenas recursos para resolver a materialidade da vida à margem de um sistema cultural hegemônico como, por exemplo, as redes de solidariedade nos bairros e as relações familiares (CANCLINI, 1984). Canclini expõe a ideia de que, dentro da perspectiva de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar e de que a da cultura subalterna é resistir, as investigações científicas as colocam como exteriores uma à outra e complementares e não como tendo uma possível inter-relação. O autor também defende, assim como Martín-Barbero, reformular essa oposição entre cultura hegemônica e subalterna superando a ideia de dominação e, principalmente, de manipulação das classes populares. Essa ideia esteve em voga através da escola de Frankfurt levando em consideração, dentro de uma sociedade capitalista, as relações de consumo e a incorporação por parte de grupos subalternos de uma cultura exterior e que, assim, se fazia hegemônica. Esta noção de que os consumidores dos grupos populares recebiam passivamente, sem poder de resistência uma cultura exterior, é não reconhecer qualquer produção cultural autônoma desses mesmos grupos. Já na década de 70 percebe-se o esgotamento dessa compreensão da

relação de passividade das classes populares em relação à uma cultura hegemônica, pois ela não explicaria aspectos da cultura popular como as festas, as tradições ou a religião.

O autor propõe incluir questões como os processos de consumo e formas de organização e comunicação da cultura popular que demonstram, mais do que uma separação, uma interação entre culturas de classe dominante / hegemônica e cultura da classe popular/subalterna.

Aqui podemos pensar a respeito de como as mulheres pobres lidam com a maternidade e a constituição da família. Enquanto as da classe alta engravidam cada vez mais tarde ainda podemos perceber nas classes inferiores alto índice de gravidez na adolescência. Isso é um problema para essas jovens mães? Nem sempre, como veremos mais adiante. No entanto, elas enfrentam dificuldades em acessar direitos que são básicos para as mulheres das classes superiores, como pensão alimentícia por exemplo. Rosa nos conta que seus dois filhos mais velhos de 13 e 10 anos recebem visitas esporádicas do pai e “ajuda”²¹ em dinheiro. Como ela diz: “ele (o pai) só vem fazer visita, até festa de dia dos pais na escola quem vai sou eu, tudo sou eu”. Já a filha mais nova não recebe pensão nem “ajuda”. Isso nos mostra a diferença no acesso aos direitos básicos entre as classes, enquanto uma mulher de classe média ou alta tem acesso à uma rede de apoio, seja através da informação ou seja pela questão financeira, as mulheres das classes inferiores dependem da proteção do Estado. Elas sabem que têm direitos, mas não conseguem acessá-los.

Nos últimos anos, segundo Canclini (1984), há uma revisão dos modelos culturais hegemônicos e subalternos, dentro da concepção de dominação e subordinação que se daria pelo enfraquecimento de movimentos revolucionários, pela crise de paradigmas políticos liberais e o interesse cada vez maior pelas relações de consumo, comunicação e organização popular. Essa revisão está mudando as discussões sobre o conhecimento e transformação do popular. Assim, para Canclini (1984),

[...] hegemonia, ao contrário da dominação que prevê certa violência, é entendida como um processo de direção política e ideológica em que uma classe se apropria de algumas instâncias de poder em aliança com outras classes admitindo espaços onde os grupos subalternos desenvolvem práticas independentes e nem sempre funcionais para a reprodução do sistema (p. 72).

²¹ A palavra não é gratuita, nesse trabalho, mulheres invariavelmente referem-se ao homens como aqueles que “ajudam” as mulheres ou os filhos, lutando para que eles reconheçam a obrigação moral de criar e educar os filhos em pé de igualdade com as mães.

Nesse sentido, o consumo se torna o conceito chave para pensarmos como a participação desigual dos grupos sociais na produção geram os conflitos entre classes e explicam a vida cotidiana com seus hábitos e comportamentos, a partir da adesão à cultura hegemônica ou da distinção que pode gerar subordinação ou resistência. Uma vez que a hegemonia não é dominação de uma classe, pois não consegue abarcar e suprir todas as necessidades de um povo, ela permite certo grau de autonomia às classes subalternas como a criação de instituições próprias e redes de solidariedade, isto é, permite a formação e organização específica da cultura popular. Para Canclini (1984, p. 74), então “ao tratar-se de hegemonia e não de dominação, o vínculo entre ambas se apoia menos na violência do que no contrato: uma aliança em que hegemônicos e subalternos que pactuam benefícios recíprocos”.

Outra questão a ser levantada a respeito das relações de consumo é a recepção por parte das classes subalternas dessa cultura hegemônica. Os bens e as mensagens hegemônicas são recebidos a partir dos aparatos culturais da classe popular que constroem novos usos e costumes às ideias hegemônicas. Por isso, não há uma fixidez social entre hegemônicos e subalternos, esses dois grupos se inter-relacionam, isto é, são categorias que se formaram historicamente em relação dentro de um sistema de pensamento capitalista e suas instituições, não estão divididas matematicamente em hegemônicas e subalternas, mas sim, há uma circulação de sentido das ideias de uns e de outros que as resignificam a partir dos conflitos sociais.

O popular se constitui como consequência das desigualdades entre capital e trabalho, mas também pela apropriação desigual, através do consumo, do capital cultural de cada sociedade e pelas formas próprias com que os setores subalternos reproduzem, transformam e representam suas condições de trabalho e vida (CANCLINI, 1984, p. 77).

As concepções culturalistas, ou pós-modernas da subalternidade, onde se encaixa a filósofa Gayatri Spivak, discutem a subalternidade mais deslocada da noção de classe, dando maior ênfase à questão cultural. Ela faz uma crítica ao sujeito subalterno gramsciano que teria uma visão mais essencialista e que comporia uma categoria monolítica e irreduzível, para ela o sujeito subalterno seria essencialmente heterogêneo, mas junto a isso afirma que o termo não poderia ser aplicado a qualquer sujeito marginalizado socialmente, mas sim àqueles aos quais Gramsci teria definindo com o grupo excluído, o proletariado, que por não possuir condições de representação política, não têm voz.

Para Spivak (2010, p. 14) são subalternas “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante”. Esse estado social dominante priva esses grupos do conhecimento de sua própria situação e do processo histórico que a gerou.

As mulheres do Colmeia estão excluídas econômica, política e socialmente, para acessar direitos fundamentais devem recorrer ao sistema judiciário, o que é um transtorno para quem tem filhos e precisa de um dia inteiro na rua para resolver problemas que para as classes dominantes seriam banais. Primeiro, porque vivem em uma zona da cidade distante do centro, onde, obviamente, estão localizadas todas as instituições estatais, em segundo, porque dependem que alguém cuide das crianças e em terceiro, mas não menos importante precisam de dinheiro para o transporte público. O dinheiro da passagem muitas vezes é o dinheiro para comprar pão e leite aquele dia.

A heterogeneidade do sujeito subalterno revela camadas de dominação que devem ser rompidas. Verificando cada uma dessas camadas é possível perceber níveis diferentes de dominação que dão ensejo a novas análises que permitem fazer a intersecção entre classe, raça e gênero.

Percebe-se que enquanto a compreensão gramsciana da subalternidade tem na “classe” ou grupo o seu sustentáculo, em Spivak o termo passa a ser “sujeito” revelando, senão uma deformação do conceito gramsciano, uma noção mais fragmentada do conceito, pois essa compreensão de subalternidade foca a discussão nas diferenças e na fragmentação das pautas.

Sem dúvidas, a subalternidade desde Gramsci até Spivak percorre um caminho construído a partir de interpretações possíveis das relações existentes entre classe e cultura dentro de um sistema capitalista de mercado. As formas de compreensão da hegemonia e dominação de um grupo e a submissão, resistência ou autonomia de outros revela diferentes enfoques, mas que têm em última análise o mesmo objetivo: a visibilidade de grupos antes excluídos da história.

A SUBALTERNIDADE COMO CONSTITUINTE DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Quem são os grupos vulneráveis em nossa sociedade? Estão as mulheres pobres em risco extremo?

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, que permite diversas abordagens, uma vez que esta concepção transita em várias áreas do conhecimento como, por exemplo, a assistência social, a área da saúde ou a jurídica, as quais parecem definir suas próprias interpretações da noção do ser vulnerável. Isto faz com que tenhamos vários conceitos, embora todos pareçam concordar que a vulnerabilidade está fundada na desigualdade social inerente ao nosso modo de vida capitalista e globalizado.

Se antes de tudo o conceito de vulnerabilidade pareça estar intrinsecamente ligado à ideia de classe, atualmente outras questões compõem esse conceito como raça ou gênero. São as intersecções entre essas categorias que levam à construção da vulnerabilidade. Muito embora a pobreza tenha papel preponderante na exclusão social, política e econômica de certos grupos na sociedade, sua associação com o racismo e o androcentrismo potencializa o processo de marginalização.

A vulnerabilidade pode ser mais bem definida como a falta de acesso de grupos marginalizados às oportunidades disponíveis na sociedade. Não ter renda financeira suficiente para as necessidades materiais básicas, falta de escolarização, sofrer discriminação por ser negro ou mulher são fatores que podem estar interligados de diversas maneiras e dimensões gerando com isso grupos sociais mais suscetíveis aos riscos sociais:

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual, bastante amalgamada à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais. O que imprimiu nas ações da política um pressuposto ético-político individualizante, de focalização na parcela mais pauperizada da população. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 2)

A análise de Carmo e Guizardi acima tem como referência a área da assistência social que é, sem dúvida, a que tem maior produção científica sobre o assunto da vulnerabilidade e mostra, por um lado, a abrangência e ambiguidade do conceito e, por outro, a focalização das políticas públicas na população pobre levando apenas em consideração a questão da renda e deixando de lado outras questões “afetivo-relacionais” como elas mesmas dizem ou os modos de vida de determinados grupos. As autoras também destacam que, embora risco social e

vulnerabilidade andem juntos, são muitas vezes compreendidos como sinônimos, o que seria um erro analítico já que eles são conceitos diferentes e dependendo da área científica suas análises se diferenciam completamente. Risco é um conceito extremamente variável:

A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir. (JANCZURA, 2012, p. 306)

Janczura discute justamente essa confusão conceitual entre vulnerabilidade e risco, para ela são elementos que se formam em diferentes contextos históricos e sociais e em diferentes áreas científicas, com pesquisadores dando maior ênfase a um ou a outro. Mas, efetivamente são conceitos que se complementam, pois a vulnerabilidade existe por conta do risco, o indivíduo é vulnerável porque está em risco. Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como:

[...] exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam, pois os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem (apud JANCZURA, 2012, p. 304).

Podemos perceber na concepção acima maior equilíbrio entre os fatores formadores da vulnerabilidade, mesmo mantendo o fator econômico como base, as práticas sociais e culturais compõem um conjunto que impedem certos grupos de enfrentar os desafios da vida em condições de igualdade com outros grupos dentro de uma mesma sociedade. Muito embora os autores pontuem que em uma sociedade capitalista a pobreza é o maior fator de exposição aos riscos sociais.

Os grupos mais suscetíveis, sensíveis aos riscos são aqueles que, em primeiro lugar, vivem na parte do mundo onde o capitalismo é brutal, para onde as grandes indústrias migram em busca de mão de obra barata e onde possam deixar seu passivo ambiental gerando desigualdades internacionais. Esses países, e o Brasil é um exemplo, são caracterizados por uma desigualdade social extrema, pois, segundo Beck (2011, p. 49), “existe uma sistemática força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos”. Em segundo lugar, tendo o baixo

nível socioeconômico como um desencadeador, digamos assim, como a base da desigualdade, podemos incorporar outros fatores como a baixa escolaridade, famílias numerosas e as chefiadas por mulheres como características desses grupos mais sensíveis aos riscos e que, com isso, possuem uma extrema dificuldade em acessar direitos fundamentais configurando assim a vulnerabilidade social.

Nesse sentido, voltamos ao ponto inicial de nossa reflexão. Estão as mulheres pobres em risco extremo?

Uma das questões levantadas por Giddens (2003) em relação à globalização é a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres pela primeira vez na história, mas por outro lado também se vê um recrudescimento das desigualdades sociais, ou do fundamentalismo como coloca Giddens em oposição à ideia de um mundo globalizado ou ocidentalizado. Esse acirramento dos conflitos sociais baseados nas desigualdades e discriminação de gênero, inerentes ao um sistema social patriarcal e associado com a baixa renda implica em situação de risco extremo, assim podemos pensar que as mulheres pobres são um grupo mais suscetível aos riscos gerando, com isso, uma dupla vulnerabilidade: em relação à classe e em relação ao seu gênero.

Beck (2011) nos diz que mesmo que a partir da década de 80 do século passado tenhamos visto mudanças através da consciência da desigualdade entre mulheres e homens, no mercado de trabalho e na família há uma constância dos papéis sociais masculinos e femininos, completando que “a consciência antecipou-se às relações” (p. 150). Isto é, mulheres e homens sabem que vivem em uma sociedade de gênero desigual. Como justificativa o autor lança mão do que ele chama de feminização da educação nas décadas de sessenta e setenta do século XX, embora ele argumente que à esta revolução educacional não se seguiu uma revolução no mercado de trabalho e muito menos na família. Isto ocasionaria uma frustração das mulheres, já que estas agora são educadas, mas muitas vezes não conseguem alcançar o mercado de emprego e renda comparativamente aos homens, e continuam em uma posição desigual dependendo da renda do cônjuge, principalmente as que são mães. Outro fator é a persistência da desigualdade na divisão nas tarefas domésticas. Se antes mulheres e homens encaravam como sendo natural o trabalho doméstico ser feminino, hoje as mulheres lutam por uma divisão mais igualitária, o que gera conflitos dentro da família. É como se educássemos nossas filhas para um mundo ao qual elas não conseguem acessar.

Mas isso nas classes que tem acesso à educação, pois no universo de nossas mulheres pesquisadas a escolaridade é muito abaixo do que Beck está analisando na Europa. Fica claro nas entrevistas que dentro da família e no ambiente doméstico são as mulheres que definem o que fazer e como fazer e os companheiros, quando existem, “ajudam”. Como diz Íris: “ele fica deitado naquele mundinho dele vendo TV e ali ele fica (se referindo ao marido). Eu tenho que tá falando as coisas: faz isso, faz aquilo”. Enquanto que Violeta quando questionada como é a divisão de tarefas domésticas na sua casa responde: “eu faço tudo e ele só trabalha” me olhando com cara de espanto, dando a entender que isso é uma coisa óbvia.

Com relação à educação, como vimos, Amarílis parou de estudar na 4ª série, Rosa e Margarida na 6ª. Já Íris e Violeta conseguiram completar o Ensino Fundamental e estão respectivamente no 2º e no 1º ano de Ensino Médio. Chama atenção que três estão matriculadas na escola noturna do bairro esse ano: Rosa, Íris e Violeta. Desse grupo apenas Íris disse que pretende fazer faculdade, as outras quatro entendem que precisam completar o ensino básico para conseguir empregos melhores. Nesse quesito não conseguimos observar diferença em relação à raça, mas o principal fator que retira da escola as adolescentes é a gravidez precoce.

Voltando à análise de Beck, ele diz que havendo consciência da desigualdade, o que perceberíamos seria uma tentativa de equiparação das mulheres com os homens o que geraria uma maior desigualdade entre os gêneros, pois as mulheres não estão liberadas de suas funções tradicionais na família gerando com isso uma dupla jornada. É o que Beck (2011) chama de sociedade moderna estamental que, por um lado reconhece a desigualdade e desenvolve condições de equiparação mas, por outro lado, mantém, principalmente no âmbito familiar, relações estamentais.

A divisão sexual dos empregos determina o espaço da mulher na sociedade. Por outro lado, o desemprego marginaliza e exclui socialmente o indivíduo e neste quesito as mulheres formam o grupo humano que predomina entre os desempregados de longo prazo. A fronteira entre emprego/desemprego pode ser enganosa como em uma situação que chama atenção que é o emprego de tempo parcial ou os contratos de trabalho por tempo determinado que são predominantemente femininos. Isto faz com que as mulheres sejam uma reserva de mão de obra para os momentos de prosperidade econômica. Assim, elas são o gênero preferido para, em momentos de expansão econômica, entrarem no mercado de trabalho em empregos que são temporários ou frágeis, como faxinas, serviços gerais e um que é peculiar à nossa cidade, trabalhar no camarão.

Saffioti (1976) coloca que as mulheres sempre estiveram incluídas em alguma medida na produção material da vida, mas que o sistema capitalista, por ser fundado na competição, e aí se verifica a competição entre os gêneros, contribuiu com a exclusão das mulheres do mundo público. A autora continua sua análise dizendo que em sociedades pré-capitalistas a mulher enquanto uma categoria definida naturalmente pelo seu sexo é submissa e dependente dentro de um mundo dominado pelos homens. Este fenômeno pode ser verificado historicamente e Saffioti faz um estudo desta inferiorização através do mundo do trabalho e, especialmente, em como o sistema capitalista, enquanto uma sociedade competitiva oprime mais as mulheres do que quaisquer sistemas anteriores. Aqui se verifica a conjunção de dois sistemas o capitalista e o patriarcado já discutidos acima.

Se por um lado as primeiras categorias femininas marginalizadas da atividade produtiva são as esposas dos burgueses, existe uma categoria que o sistema capitalista não pode prescindir que é a mulher pobre e que trabalha por salários inferiores ao dos homens. Isto gera não só a marginalização dos postos de trabalho, mas também a marginalização social, de status. Então, dado à inferiorização dos salários femininos e sendo este um sistema competitivo, os homens começam a perder postos de trabalho, emprego, para as mulheres que recebem salário menor, gerando com isso em primeiro lugar a pauperização das famílias e em segundo o desenvolvimento de teorias de que as mulheres devem permanecer em casa com a família e os filhos, a ideia de “guardiãs do lar”²². Pois, se a oferta de emprego é restrita o homem é que deve ocupar estes postos e prover a família.

O que puxa as mulheres para postos de trabalho menores é a sua ligação a fatores de ordem natural como à família, à gravidez, aleitamento materno, etc. A concepção de que a missão da mulher é o casamento e a procriação, e que cabe a ela o cuidado familiar, o trabalho doméstico e a consequente permanência em casa, retira dela a capacidade profissional. As mulheres pobres em comparação com os homens pobres tem baixa escolaridade, baixa capacitação profissional e o absenteísmo ao trabalho é maior entre elas.

Dentre as entrevistadas, Amarílis e Violeta acharam normal ficar grávida aos dezessete anos, Amarílis inclusive não acha que os filhos a prendam. Rosa, por sua vez, reconhece que sua gravidez foi precoce que podia ter sido mais tarde, que os filhos a impediram de estudar e

²² Mas este é um problema mais presente para a mulher casada. Já a mulher solteira e das classes inferiores sempre possuiu participação econômica ativa, embora sem qualquer status social.

trabalhar em empregos melhores. Margarida também achou cedo (quinze anos) sua primeira gravidez. Em suas palavras:

A gente acaba adquirindo muito compromisso muito cedo. É muita responsabilidade. Eu tive depressão, ansiedade, várias coisas. Eu era sozinha, só a minha mãe me ajudando. Não tinha pai. Ele negou, disse que não era dele. Mas ele também era muito novo. Eu tive que aguentar sozinha o tranco. Com 15 anos ser mãe e pai, foi muito puxado. Não quero mais filhos. Dá muito trabalho e a minha saúde não ajuda.

Íris só ficou grávida com vinte e três anos, é a mais escolarizada e confessa que teve dificuldade para engravidar, mas que o marido “queria porque queria ter filho” e completa dizendo que “um filho na vida da gente é tudo”. Nenhuma das cinco entrevistadas pretende ter mais filhos, isto é importante na exata medida que essas mulheres vieram de famílias numerosas, de sete ou seis irmãos, revelando, portanto, uma mudança que parte da conscientização de que muitos filhos as prendem cada vez mais ao ambiente doméstico.

Podemos destacar como as formas de viver a pobreza em nossa sociedade é ininteligível para uma cultura capitalista que vê como desqualificação, indolência ou preguiça, o não trabalho, o chegar atrasado aos compromissos, e principalmente a questão da maternidade precoce como algo completamente irracional. Não percebem como são formas alternativas de organização do trabalho, do tempo e da família. Entendem a cultura popular como ignorante ou inferior e que no caso das mulheres assume uma forma específica de opressão, responsabilizando-as por sua própria pobreza. Davis (2017) explica bem essa falta de compreensão:

As mistificações midiáticas não deveriam ofuscar um fato simples e patente: as adolescentes negras não criam pobreza ao dar à luz. Pelo contrário, elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres – porque não têm oportunidade de receber educação, porque para elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados nem a formas criativas de lazer (p. 33).

O alto índice de gravidez na adolescência dentro das classes populares e que caracterizam a pobreza feminina é compreendida pela cultura hegemônica da classe dominante como ignorância, acomodação ou fatalismo. São vários os discursos do senso comum que colocam essas jovens mães como sem educação ou simplesmente como preguiçosas já que os métodos anticoncepcionais são de conhecimento geral. Mas

compreendemos, segundo Garcia e Valla (1996), que esse fenômeno social seria uma estratégia viável de sobrevivência, já que a gravidez não é um acidente, ou falta de cuidado, pelo contrário, o que se observa é a intenção de formar uma família. Isto é, essas jovens querem ter filhos. E seus pais, por sua vez, não veem nada de errado nisso demonstrando que a formação de famílias precocemente significa mais do que ignorância, é uma forma de status para essas jovens, já que elas estão excluídas de grande parte da atividade educacional e social, ou seja, a família se torna o centro de seu mundo.

O cuidado da família é uma carga pesada para uma mulher sozinha como nos esclarece Rosa: “na verdade eu me reparto pros meus filhos e pra minha mãe e pro meu padrasto. Esses dias minha mãe me disse: - Agora quando tu for embora quem vai é que vai me ajudar? Eu disse pra ela que eu tenho que ir embora, eu tenho que fazer a minha vida”. Rosa vai receber nos próximos meses um apartamento do Programa do Governo Federal Minha casa Minha vida e quando ela fala sobre isso, o seu sorriso é contagiante.

Margarida também demonstra a mesma preocupação com a responsabilidade e o compromisso em cuidar da família: “Eu tenho papel de responsável, é muito compromisso. Eu tenho que cuidar da casa, cuidar do marido, cuidar dos filhos, cuidar da mãe e ainda tenho que cuidar das sobrinhas. O meu papel na família é a de mais responsável. De mim ninguém cuida, nem eu me cuido mais”.

Tudo isso forma um conjunto que nos mostra o quanto as mulheres estão afastadas ainda dos centros decisórios de poder, isto é, a deliberação e organização do futuro ainda pertencem ao mundo masculino, ao mundo público.

A VIDA DESEJADA: EMPODERAMENTO FEMININO NO MOVIMENTO COLMEIA

A discriminação por gênero atravessa todo o tecido social já que vivemos em uma sociedade androcêntrica, mas consideramos que há diferenças enormes entre o poder de emancipação e reação de uma mulher culta e da elite e de uma mulher pobre e analfabeta. Culturalmente as duas sofrem a mesma opressão e discriminação de gênero, mas de formas distintas. Pensamos que estas duas categorias, gênero e classe, se somam e produzem justamente o fenômeno da Feminização da Pobreza e isto pode ser percebido na persistência da situação econômica e cultural e na relegação dos filhos dessas mulheres à pobreza.

Entendemos assim as mulheres pobres como um grupo duplamente vulnerável dentro de uma sociedade onde a cultura hegemônica é masculina e da elite econômica liberal.

Portanto, esse grupo sofre as consequências de subordinação a partir de duas categorias que se relacionam: gênero e classe.

Todavia, como dito acima, nossa análise percebe a raça como uma terceira categoria analítica que deve ser levada em consideração, pois dentro do grupo de cinco mulheres entrevistadas, três são negras e, como coloca Biroli e Miguel (2015, p. 39) “o gênero não poderia ser alçado a uma nova forma de universalidade”, isto é, há que se perceber as diferenças na qualidade de vida, posição e inclusão social entre mulheres brancas e negras. O racismo não reduz a importância do gênero enquanto categoria de análise social, mas, ao contrário, soma-se à ela e atualiza as opressões experienciadas por mulheres negras.

Em relação ao trabalho fora de casa, o acesso ao emprego ao mesmo tempo em que se traduz em espaço na sociedade, também contribui para a construção das hierarquias e diferenciações sociais. Ter emprego é uma das estruturas do funcionamento da sociedade. Nesse sentido, em relação ao emprego feminino essa questão é fundamental, pois analisar o emprego das mulheres é analisar o seu estatuto social e, se o emprego produz diferenças sociais e hierarquias, a de gênero é a que primeiro se destaca seguida pela de raça.

Uma das perguntas da entrevista era: que empregos você se acha capaz de conseguir? Como parte da resposta, todas concordaram que a escolaridade baixa retira delas oportunidades melhores de emprego. Mesmo assim, das cinco mulheres apenas uma, Margarida, nem cogitou trabalhar como faxineira, doméstica, limpando camarão ou outro trabalho precarizado do mesmo nível. Ela é uma mulher branca e bonita pelos nossos padrões atuais de beleza e foi a única que se julgou capaz de conseguir emprego no comércio como vendedora. Em nenhum outro ponto da entrevista conseguimos alguma pista do que daria à ela essa vantagem pois tem a mesma escolaridade que as outras, teve filhos ainda na adolescência como as outras e tem problemas de saúde crônicos. Mesmo assim, ela tem um privilégio que é perceptível na forma como ela se coloca no mundo, como fala, como se veste. Como diz Berth (2008, p. 99), “muitas são as críticas sobre os limites e as incongruências do potencial da estética no processo de empoderamento. Todas pecam sobremaneira quando subestimam a potência que gera a confiança na própria imagem”. É exatamente essa confiança, isto é, empoderamento gerado pela estética, que as outras não possuem e que dá à Margarida certo *handicap*. Como ela diz:

Sempre gostei de trabalhar com venda. A aparência influencia muito. Ser branca ajuda. Hoje eu não to vendo tanto preconceito, mas ainda tem preconceito e se tu for branco tu consegue (o emprego) e se for negro não

consegue. Se tiver uma vaga entre branco e negro dão preferência para a pessoa branca.

Por outro lado, duas mulheres negras, ou seja, que não possuem a estética padrão e ainda têm baixa escolaridade, têm dificuldades em sequer procurar por empregos melhores. “Como sempre meu currículo só vai para faxina. Eles eram pra dar uma chance para outros serviços”, nos diz Amarílis. Já Rosa diz que se acha capaz de empregos melhores e que já trabalhou em casa de família. Ela quer dizer que para ela, trabalhar de doméstica com carteira assinada é um emprego melhor em comparação com o trabalho no camarão, na reciclagem e em faxinas. Íris que também é negra, mas que tem escolaridade alta, pois está no EM se acha capaz de trabalhar no comércio, mas não procura.

Para finalizar essa questão temos Violeta, que é branca e possui ensino fundamental completo. Embora não se encaixe no modelo de beleza socialmente mais aceito, e não exale a mesma confiança de Margarida, ela também só deixa currículo para empregos em lojas no centro da cidade.

Assim, constatamos uma diferença entre os grupos e não encontramos nas entrevistas outra razão para esta diferença, a não ser quando incluímos a perspectiva racial, revelando que mulheres brancas, por terem maior autoestima são mais empoderadas que mulheres negras. Como coloca Stromquist:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (Apud BERTH, 2018, p. 35)

Nesse sentido, os processos de empoderamento estão inseridos dentro da lógica da interseccionalidade, são processos compostos por variáveis múltiplas que Stromquist sintetiza na citação acima e que percebemos nas conversas com as mulheres. A dimensão econômica compreendida como a capacidade de gerar renda independente está ligada à dimensão psicológica e ao sentimento de autoestima traduzida na capacidade de procurar empregos melhores, menos precarizados e desvalorizados que as mulheres brancas demonstram e que as

mulheres negras não conseguem acessar, características da subalternidade e vulnerabilidade de certos grupos em relação à outros.

Em relação à dimensão política, com a crescente taxa de divórcios, o que se percebe é o fenômeno cada vez maior de famílias chefiadas por mulheres, gerando com isso uma nova categoria de análise da sociedade, a Feminização da Pobreza, como vimos acima. Nas entrevistas, a pergunta, “Você é chefe de família?” corroborou a ideia de que a mulher só se vê como chefe de família na ausência do homem, como nos confirma Margarida: “eu não me vejo como chefe de família, eu me vejo como mãe. O chefe é o meu marido. A gente depende dele. Ele que paga as contas, ele que trabalha, ele que compra comida, então ele é o chefe. Não tem como ser diferente”. Por outro lado Rosa, que é sozinha, quando questionada diz:

Sim, com certeza. Tem muita mulher que acha, eu vai se separar e não vai conseguir cuidar dos filhos, [que] os filhos vão passar fome. Não é assim, a gente tem que ter coragem pra ir em frente pra cuidar (dos filhos). As minhas amigas perguntam pra mim: Como é que tu tem coragem? Com três filhos e viver sozinha e teus filhos nunca passaram fome.

Podemos perceber duas posições que podem parecer diferentes à primeira vista, mas que endossam a lógica androcêntrica, a saber, havendo um homem em casa a chefia é dele. Mesmo assim a posição de Rosa demonstra que ela, ao contrário de Margarida, resolveu que pode ser diferente, que ela tem capacidade para construir uma vida independente dos homens. Em relação às outras três entrevistadas seguem o mesmo padrão, se são casadas, dizem que o chefe é o marido, se estão sozinhas, se consideram chefes.

Embora a chefia feminina não consiga romper com o sistema patriarcal e a divisão das tarefas domésticas encontre barreiras, percebemos que a maior crítica vêm da divisão com o cuidado dos filhos. Todas as mulheres demonstraram ter consciência de que os pais devem ter mais cuidado, convivência e participar da educação dos filhos. A conversa de Íris com o marido é um bom exemplo:

Eu digo pra ele: - Ou eu cuido da Ayla (a filha) e tu faz as coisas ou eu cuido e tu faz as coisas. Aí ele concorda. Quando ele tá em casa não faz nada. Daí eu digo: - Eu não fiz sozinha (a filha). Fica com ela. Pega ela pra ela saber que tu é pai dela e que vai tá sempre ali com ela. Aí ele para, pensa e acaba fazendo.

Mas ela concorda que é uma luta diária a participação dele na criação da filha e uma preocupação dela, já que ele tem outro filho de um relacionamento anterior, mas não convive.

Margarida que também é casada com o pai das crianças diz que o marido “passa trabalhando, então não tem convivência com as crianças e não tem muita paciência. Nunca foi na escola, nem nas festinhas de dia dos pais, nunca”. Violeta também diz que o marido precisa ser incentivado para cuidar do filho.

No grupo das chefes de família, Amarílis nos conta como é o relacionamento de seu filho mais velho com o pai que não é o mesmo dos outros filhos menores: “O João²³ tem outro pai que só fez”. Ela continua dizendo que o rapaz não assumiu a paternidade e sumiu, só apareceu quando ele tinha 11 anos. “Aí, ele passeou, deu umas roupas e um dinheiro e sumiu novamente. Parece que está preso”. Ela conta isso com naturalidade, já que não é incomum no meio em que vive. Rosa também nos dá seu testemunho da relação do pai com seus filhos: “ele (o pai) só vem fazer visita. Até festa de dia dos pais quem vai sou eu, tudo sou eu”.

Podemos perceber que este ponto da divisão com o cuidado e educação dos filhos é algo que incomoda as mães muito mais do que saber quem vai lavar a roupa. Muito embora Íris seja enfática: “Se eu lavo ele também pode lavar, isso é uma coisa que os dois tem que fazer”. Elas têm consciência da desigualdade, criticam e forçam os pais de seus filhos à participação, à paternidade consciente. Consciência gerada pela absorção de uma cultura hegemônica da classe alta onde podemos notar uma clara divisão com o cuidado com os filhos, potencializada através de amparos legais como licença paternidade, guarda compartilhada, pensão alimentícia e pais solteiros, mas que efetivamente elas não têm acesso como as entrevistas demonstram.

A última pergunta que conduziu as entrevistas foi: Como o Colmeia mudou a sua vida? E as respostas foram muito parecidas:

Amarílis pensa antes de responder, não consegue estabelecer um parâmetro de comparação, pois está desde muito cedo no Colmeia. Reconhece que a ajuda é fundamental para ela e as crianças e que a sacola de alimentos que recebe mensalmente faz muita diferença.

Íris diz: - “Antes eu era bem distante das pessoas. O colmeia me ajudou bastante. Saber falar as coisas com as pessoas”. Ela reconhece que a sacola que leva pra casa é a sua contribuição para a família.

²³ O nome foi trocado para preservar a identidade do jovem.

Rosa: - “Se não fosse o Colmeia, eu estaria em depressão, porque a gente vai bate papo, conversa, se diverte, a gente fala da nossa vida. Eu to sentindo saudade do Colmeia²⁴, porque a gente fica em casa não tem nada pra fazer, se aborrece...”

Violeta: - “Bah nem sei (como seria sem vir ao Colmeia)! As conversas que a gente tem em aula. A gente escuta que não é só a gente que tem os problemas, a gente vai vendo umas com as outras. Eu recebo muita ajuda aqui”.

Margarida finaliza e sintetiza a fala das outras:

O Colmeia é um conjunto, é um lugar que tu tá com pessoas, é um lugar que tu tá alegre, com outras pessoas, tu brinca, te diverte com as professoras. Se a pessoa tá com depressão mesmo, vem pra cá e já melhora. Aprende coisas novas também. É bom pra vida da gente. O mais importante é esse calor que a gente tem aqui.”

As falas das mulheres demonstram que para elas o principal é o convívio com outras mulheres, sejam as colegas e amigas ou as educadoras voluntárias. As questões materiais como o recebimento da sacola de alimentos, ajuda com medicamentos e até mesmo o reforço escolar das crianças ficaram em segundo plano. Na hora da resposta elas não pensaram como mães ou como provedoras, mas sim como mulheres. Mulheres que encontram em outras mulheres a ideia de coletivo necessária para os processos de empoderamento, pois como diz Berth (2018, p.130) “empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo”. Isto demonstra que a questão da renda, ou da falta dela, embora seja muito importante não é a principal preocupação, a pobreza está entrelaçada à fatores culturais e raciais que tem peso significativo na construção das opressões.

Esta é justamente a questão que Fraser (2006) discute, ela diz que apenas a redistribuição de renda efetivada através de políticas de assistência social, não resolvem por si só a pobreza e a subordinação feminina. A autora ressalta que é necessário “teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente” (p. 231). A proposta então é articular redistribuição de renda e reconhecimento cultural no que ela chama de “remédios transformativos” que combinam uma série de medidas econômicas de distribuição de renda e que, ao diminuir a desigualdade social não produzem classes estigmatizadas e fechadas em si mesmas, mas ao contrário, promovem reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento. No que Davis (2017) faz eco

²⁴ Esta entrevista foi realizada em fevereiro de 2019 quando o Movimento Colmeia estava de férias.

quando diz que, “nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalista monopolista como maior obstáculo da igualdade” (p. 24). E por monopolista não entendemos apenas a parte econômica, mas sim a esfera do pensamento, da cultura, onde apenas um tipo de racionalidade é reconhecida: a masculina e a científica.

Nesse sentido, entendemos que uma das formas de reconhecimento das mulheres enquanto mulheres e pobres passa por um processo educativo que privilegie seus saberes, que lhes dê voz. O conceito de cidadania de gênero de Prá (2001) nos ajuda a perceber como as nossas entrevistadas vivem ainda em um mundo apartado da vida pública. Toda a nossa análise está baseada na vida privada feminina, uma vez que elas possuem dificuldades para exercer atividades econômicas, sociais e políticas. Dificuldades essas que mostram as desigualdades de gênero e que limitam a participação feminina nos espaços de poder.

Embora estas sejam reflexões preliminares sobre mulheres e pobreza podemos perceber, a partir do que foi discutido até agora, que as mulheres pobres sofrem uma opressão diferente da que os homens pobres sentem, sobre elas pesa o fardo de ser mulher em uma sociedade organizada por e para os homens. Somando-se a isso, as políticas públicas baseadas no conceito de Feminização da Pobreza, como coloca Novellino (2004, p. 16), são reducionistas uma vez que preveem apenas a redistribuição de renda como meta e não possuem qualquer ação de política de gênero reafirmando assim os papéis sexuais. Para a autora estas políticas deveriam empoderar, estimular e capacitar as mulheres de modo que possam participar competitivamente nas atividades produtivas e ativamente na vida pública, isto é empreender ações transformativas. Diante disso, podemos dizer que o Movimento Colmeia é organização empoderadora?

Quatro características básicas são encontradas nas organizações empoderadoras: crer em seus membros, proporcionando um clima de crescimento e confiança; propiciar um sistema de liderança compartilhada que beneficie tanto as pessoas como a organização; oferecer oportunidade de exercício de múltiplos papéis e oferecer apoio social. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740)

Segundo a fala das mulheres entrevistadas o Movimento proporciona um espaço de convívio e apoio mútuo, proporcionando o crescimento e confiança, mas pensamos que os temas referentes à maternidade, mundo do trabalho, casamento e produção da vida cotidiana devem ser temas recorrentes nas oficinas de Roda de Conversa estimulando o pensamento crítico. Assim, entendemos que as ações educativas do Movimento Solidário Colmeia podem

ser transformadoras uma vez que fornecem os elementos necessários para que as mulheres pobres possam conscientizar-se de seu lugar no mundo, conhecendo como foram gerados os processos opressivos nos quais transitam e, a partir disso, através de instrumentos intelectuais, tomarem para si a organização de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que foram realizadas as entrevistas Íris estava casada com o pai de sua filha de um ano. No final de março quando estávamos escrevendo as considerações finais deste trabalho ela veio nos contar que estava se separando e voltando com a filha para a casa da mãe. Perguntada sobre o que tinha acontecido e ela nos disse que o marido reclamou que ela não dava atenção a ele e que por isso tinha feito algo “imperdoável” em suas palavras. A “falta de atenção” é decorrente da escola noturna onde ela frequenta o 2º ano do EM. A divisão era a seguinte: ele trabalhava de dia e ela cuidava a filha, ela estudava a noite e ele cuidava a filha. Ele não aguentou. Ela arrematou a conversa dizendo:

- Sabe Sora! Tem certas coisas que a gente não pode aceitar.

Partimos desta frase para nossas considerações a respeito deste trabalho, pois pensamos que ela sintetiza tudo aquilo que foi discutido até agora: mulheres, pobreza, maternidade e trabalho tendo como fundamento os conceitos de subalternidade, vulnerabilidade e empoderamento.

Procuramos analisar a fala de cinco mulheres do Movimento Colmeia buscando nestas falas pistas, indícios que revelassem empoderamento e até que ponto isto poderia ser creditado à participação delas nas atividades educativas do Movimento. Para isso percorremos um caminho que passou pela construção histórica e social dos conceitos trabalhados e que nos proporcionaram a base teórica para melhor compreender a realidade em que vivem essas mulheres evidenciadas nas entrevistas.

Tendo então como base os conceitos referidos acima, partimos da perspectiva de gênero e analisamos as questões cotidianas femininas atreladas ao conceito de classe, não nos esquecendo, nos momentos que julgamos necessário em ampliar a chave interpretativa incluindo a questão racial. Pensamos que essa noção de interseccionalidade deu complexidade à análise desenvolvida, pois a fala das mulheres mostra justamente que as questões levantadas por este trabalho são complexas e transpassadas por várias opressões que agem em conjunto.

Por fim, constatamos que o Movimento Colmeia, na visão das mulheres, é um espaço de convivência, de apoio e de conhecimento. Convivência com outras mulheres através da participação coletiva, apoio moral e material através da distribuição de sacolas básicas e conhecimento, discutindo temas que lhes são caros ou que lhes são desconhecidos. Tudo isso forma um conjunto que agrada, que dá “calor” como disse Margarida e fornece as ferramentas necessárias para o empoderamento.

Voltando à frase de Íris, ter capacidade de dizer que “certas coisas não podem ser aceitas” é ter consciência de sua realidade, é tomar sua vida em suas mãos e deliberar sobre seu futuro autonomamente. Não temos como saber se ela vai conseguir ou se vai sucumbir à opressão, mas o principal é que ela sabe que pode e tem apoio em outras mulheres do Movimento Colmeia.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERTH, Joice. **O que é Empoderamento?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p.27-55, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20converg%C3%Aancias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Gramsci con Bourdieu.: Hegemonía, consumo y nuevas formas de organización popular. **Nueva Sociedad: Democracia y política en América Latina**, Buenos Aires, n. 71, p.69-78, 1984. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/gramsci-con-bourdieu-hegemonia-consumo-y-nuevas-formas-de-organizacion-popular/>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, n. 34, p.1-14, 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistncia-social>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. **O Gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo; Brasília: UNESP- UnB, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p.63-78, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a06n29.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14, p.231-239, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor V. A Fala dos Excluídos. In: **CADERNOS CEDES 38: a fala dos excluídos**. Campinas: Papirus, 1996.

GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 3. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p.464-479, jun. 1996. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816>. Acesso em: 15 mar. 2016.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.301-308, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12173-48632-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000400016&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 25 dez. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 265-282.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004, Caxambu: Anpocs, 2004. p. 1 - 12. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st23-2/4076-mnovellino-os-estudos/file>. Acesso em: 01 dez. 2017.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **The Urban And Social Change Review**, Boston, v. 11, n. 12, p.28-36, 1978.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. Edição Kindle.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello et al (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Universidade/UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.